

MARC BLOCH E LUCIEN FEBVRE: REVISITANDO A PRIMEIRA GERAÇÃO DOS ANNALES

*José D'Assunção Barros**

Resumo: Este artigo visa examinar as especificidades dos modelos historiográficos dos dois principais autores pertencentes à primeira fase do movimento dos Annales: Marc Bloch e Lucien Febvre. Depois de uma discussão inicial sobre a importância do movimento habitualmente designado “Escola dos Annales” para a historiografia, discutem-se as especificidades das práticas e pensamentos historiográficos de Marc Bloch e Lucien Febvre, com uma preocupação inicial de situar as influências trazidas por estes autores.

Palavras-chaves: Annales; Historiografia; Bloch; Febvre.

Abstract: This article aims to examine specificities of the historiographic models of the two principal historians belonged to the first faze of the Annales movement: Marc Bloch end Lucien Febvre. After an initial discussion about the importance of the movement habitually called “Annales School”, the specificities of historiographic practices and thoughts of Marc Bloch and Lucien Febvre are discussed, with a initial preoccupation in to site the influences caught by these authors.

Keywords: Annales; Historiography; Bloch; Febvre.

* Professor-Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em História. Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em História Comparada da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

Introdução: os Annales – entre mitos e realidades

A Escola dos Annales, em países como o Brasil, alcançou quase a posição de um mito, no sentido popular desta expressão. Os historiadores desta escola estenderam sobre a historiografia brasileira uma influência só comparável ao marxismo, e, mais recentemente, à micro-história italiana. Os livros produzidos pelos annalistas tornaram-se sucessos de vendagem entre os leitores brasileiros. No ambiente de estudantes e profissionais de História, alguns dos maiores nomes do movimento dos Annales deixaram muitos admiradores, e mesmo seguidores. Essa projeção dos historiadores dos Annales, de um lado, ocorreu porque a sua contribuição historiográfica foi inovadora e importante para as demandas de nosso tempo; de outra parte, ela também se deveu à enorme capacidade que estes mesmos historiadores revelaram para cultivar a sua própria imagem e a de seu movimento. Por isso, falar em “mito”, para os Annales, também nos permite tocar em um segundo sentido desta expressão. Um mito também é construído, e frequentemente opomos a palavra mito à ideia de realidade, no sentido de que as coisas podem ter se passado de uma outra maneira.

Marc Bloch (1886-1944) e Lucien Febvre (1878-1956) são os dois grandes fundadores da escola dos Annales; Fernando Braudel (1902-1985), o grande arquiteto que consolida o movimento e que o estrutura como uma instituição definitiva, na geração seguinte. Inúmeros outros personagens, aos quais voltaremos oportunamente, fazem parte desta história que atravessa todo o século passado, uma vez que a herança dos Annales foi posteriormente reivindicada por historiadores franceses que deram continuidade ao projeto de publicação da célebre *Revista dos Annales*, que foi desde 1929 o grande meio e instrumento de divulgação do grupo, existindo até os dias de hoje. Nomes como o de Pierre Chaunu, Georges Duby, Jacques Le Goff, Jacques Revel, Le Roy Ladurie, Marc Ferro, Philippe Ariès e Michel Vovelle indicam apenas algumas das várias figuras historiográficas que são associadas à herança de Bloch, Febvre, Braudel e Ernst Labrousse, embora também abundem as análises que se empenham em mostrar que este novo grupo de historiadores franceses – que assumiu desde os anos 1970 o epíteto de *Nouvelle Histoire* – mais estaria em relação de ruptura com os projetos iniciais dos primeiros Annales, do que em continuidade com os mesmos¹.

¹ A mais conhecida destas análises é a apresentada em *História em Migalhas*, de François Dosse (1987). O modelo contrário, da continuidade entre os Annales e a Nouvelle Histoire, está representado pela obra *Escola dos Annales* (1990) de Peter Burke.

Com relação a Bloch e a Febvre, suas relações em vida foram permeadas por ambigüidades: eles passaram à história da historiografia com a imagem de dois espíritos unidos por um inabalável objetivo comum, mas as relações pessoais entre os dois nem sempre foram tão fraternas como as que aparecem em algumas sínteses sobre o movimento, particularmente as que assumem o ponto de vista do 'mito fundador' construído por alguns dos próprios historiadores dos *Annales* e da *Nouvelle Histoire*. De todo modo, Marc Bloch e Lucien Febvre foram companheiros no grande projeto que encaminharam juntos: a consolidação de um novo grupo historiográfico, e de uma nova contribuição para a historiografia europeia. Após a morte prematura de Marc Bloch nas mãos de nazistas, em 1944, Lucien Febvre publicou um generoso memorial sobre o companheiro de projetos historiográficos (FEBVRE, 1953, p.391-407).

Independente das oscilações nas relações pessoais de Bloch e Febvre, ou dos lances biográficos pertinentes à trajetória individual de cada um destes grandes historiadores, a parceria entre os dois fundadores do movimento dos *Annales* tornou-se efetivamente uma incontornável imagem de força na história da historiografia contemporânea. Essa rara sintonia produziu-se precisamente porque os dois historiadores encontraram um "programa" em comum, ainda que as perspectivas historiográficas e teóricas de Marc Bloch e Lucien Febvre fossem algo diferenciadas – Bloch iniciando exemplarmente uma tendência a se concentrar quase que exclusivamente na típica análise histórica dos grupos sociais e estruturas coletivas, que logo seria a tendência dominante nos *Annales*, e Febvre incluindo, em seu modo historiográfico de ver as coisas, uma inovadora atenção ao papel social dos indivíduos, mas não mais à maneira da antiga historiografia dos "grandes homens", e sim antecipando uma perspectiva sobre o indivíduo que retornaria nos anos 1980². Destarte, apesar das diferenças pessoais e epistemológicas, e apoiados em um programa que conseguiram conceber e construir em conjunto – e que mais tarde continuou a ser elaborado pelos demais historiadores que se agregaram à escola – Bloch e Febvre conseguiram dar início a um movimento que terminou por se tornar um dos mais instigantes fenômenos da historiografia moderna.

Outro ponto capital no conjunto de estratégias e de gestos que foram bem sucedidos em consolidar os *Annales* como movimento historiográfico renovador – além do "programa" que definiu um certo modelo de historiografia – foi a constituição de um meio eficaz para difusão das idéias do grupo. Um meio de divulgação é

² Em uma resenha sobre o recém publicado livro *A Sociedade Feudal*, de Marc Bloch (1939-40), Febvre insere, ao lado de elogios mais superficiais à obra, uma crítica bastante reveladora sobre a "ausência do indivíduo" (do ser humano específico) na obra de Bloch, dando a entender que o seu parceiro no programa historiográfico dos *Annales* recaíra em um "sociologismo abstrato". Sobre isto, ver DUMOULIN, 2000, p.16.

frequentemente uma demanda das escolas de pensamento – sejam históricas, filosóficas, sociológicas ou outras – no mundo contemporâneo. As antigas escolas filosóficas gregas, por exemplo, podiam se dar ao luxo de uma difusão de idéias baseada na oralidade. No mundo moderno, um mundo complexo, letrado e super-povoado – mundo este que também é o dos saberes profissionalizados, no qual a própria cultura tornou-se um dos mais atraentes produtos de consumo – possuir um meio de divulgação é fundamental para as escolas voluntariamente formadas por grupos de intelectuais. Uma revista, com frequência, é um poderoso meio de divulgação para uma escola. Os Annales são um exemplo claro disto. Em 1929 é fundada a *Revista dos Annales*, que mudou de nome algumas vezes, mas quase sempre conservando a palavra “*Annales*” em sua designação. A importância que a ela e à sua continuidade era atribuída por Lucien Febvre pode ser surpreendida logo no princípio de um texto-manifesto que ele escreve em 1946, dezessete anos depois da publicação do primeiro número revista:

Desde 1929, a publicação dos Annales jamais foi interrompida. / Nem um ano sequer, quaisquer que fossem as dificuldades que se abatiam sobre a França e o mundo, os Annales renunciaram a sua dupla tarefa científica e educacional. / Os Annales continuam. Num clima novo, com fórmulas novas. E com um novo título. [...]. [FEBVRE, *Contra o Vento: Manifesto dos Novos Annales*, 1946]

A história dos Annales praticamente se superpõe à história da produção e recepção da *Revista dos Annales*. Depois de uma fase inicial que conheceu muitas dificuldades e oscilações, os Annales consolidariam sua expansão e conseguiriam fazer triunfar o seu projeto no período do Pós-Guerra, já sem a presença de Marc Bloch, que apenas conheceu a sua fase mais árdua de luta. A *Revista dos Annales* finalmente conquista um número mais significativo de leitores e começa desde então a impactar o meio acadêmico, ao mesmo tempo em que o grupo de historiadores e cientistas sociais a ela vinculados encontra o seu lugar – um lugar físico, institucional – com a fundação de uma sexta seção dedicada à história na *École Pratique de Hautes Etudes*. Este momento é decerto “refundador”. Quase tão importante como ter uma revista, foi a conquista, no ano de 1946, deste lugar concreto, que multiplica os meios de difusão para o grupo dos Annales. Assim se expressa Jacques Le Goff (n.1924), um dos herdeiros do movimento, sobre aquele acontecimento refundador que recolocaria os Annales em uma nova fase:

Tratava-se de fundar, ao lado da velha Sorbonne e mais ou menos contra seu ensino magisterial, um ensino fundamentado na pesquisa, na prática erudita ou experimental, no sistema germânico dos seminários [...] Essa seção, cujo programa – interdisciplinar, aberto ao mundo inteiro, baseado na pesquisa e na investigação coletiva – é o dos Annales, e no qual a história desempenha um papel inspirador e propedêutico. Acontecimento capital para a história nova, que, a partir de então, é transmitida pelo ensino, pela pesquisa e pela

discussão – ao lado de disciplinas irmãs – e acaba dando origem a uma instituição (LE GOFF, 2011. p.143).

Uma segunda instituição, que complementar a École des Hautes Études foi a Maison des Sciences de l'homme (1962). Com estas duas instituições, controladas pelos historiadores dos Annales, as bases materiais e institucionais do grupo estavam lançadas. Havia uma Revista e instituições concretas que poderiam assegurar os objetivos tanto de difusão de idéias como de formação de novos quadros de historiadores; havia ainda um sistema annalista de ensino que faria dos Annales uma escola, no sentido mais estrito do termo, e cargos institucionais que agora passavam a se afirmar como oportunidades de poder. O movimento dos Annales – ou a “Escola dos Annales”, conforme a designação mais utilizada – tornar-se-ia, com o tempo, um dos símbolos maiores de toda uma nova historiografia, a tal ponto que se costuma empregar também a designação “Nova História” extensivamente às duas primeiras gerações dos Annales, embora a expressão *Nouvelle Histoire* tenha se tornado a marca registrada mais específica da geração de historiadores franceses que, a partir dos anos 1970, assume a direção da mesma revista que havia sido fundada em 1929 por Febvre e Bloch.

Neste artigo, examinaremos as contribuições centrais da Escola dos Annales, o contexto em que elas se estabeleceram, as linhas de força contra as quais se esta escola se confrontou ou a partir de cujas alianças se fortaleceu. Examinaremos também o “programa” da Escola dos Annales: as idéias-força e os itens programáticos que trouxeram uma identidade ao grupo, ou ajudaram a forjá-la. Vamos nos aproximar também das contribuições mais específicas de alguns dos principais historiadores da escola, sobretudo as contribuições de Lucien Febvre, Marc Bloch e Fernando Braudel. Começaremos por resumir, ou antes indicar, os grandes debates e questões que têm motivado diversos autores a escrever mais e mais textos sobre esta escola que se tornou um dos preferidos temas da história da historiografia em nosso país.

Lucien Febvre e Marc Bloch

Lucien Febvre e Marc Bloch, além de terem sido os grandes fundadores do movimento dos Annales, foram também os nomes mais importantes da primeira fase deste movimento, devendo ser também lembrada como outra contribuição importante a história quantitativa, que já começa a ser introduzida na década de 1930 por Ernst Labrousse. Neste artigo, pretendemos rever a especificidade da produção dos dois fundadores, procurando identificar as influências que participam da formação de uma identidade teórica específica em cada um destes historiadores franceses. Começaremos por lembrar que a atmosfera política que impulsiona estes historiadores é a da passagem da *Belle Époque* ao período das duas Guer-

ras Mundiais, e o contexto econômico no qual eles estarão mergulhados é aquele que logo culminará com a crise de 1929. O ambiente intelectual é simultaneamente o de entusiasmo pelas recentes novidades científicas, como a da renovação trazida pela teoria da relatividade e pela física quântica, e o desespero de perceber que inventos fascinantes, como o avião, poderiam ser empregados também para promover a destruição em massa. Lucien Febvre, que também viveria o primeiro ato de segunda fase do movimento dos Annales, conviveria ainda com a explosão da primeira bomba atômica. Em contrapartida, seus projetos de renovar a historiografia através dos Annales seriam beneficiados, após o fim da Segunda Guerra, por uma “fase de ouro” e de prosperidade da economia. Entre as ruínas dos grandes conflitos mundiais e o reavivamento da economia, os Annales encontrariam seu tempo de crescimento.

Esta história, todavia, tem também as suas origens. Os dois líderes-fundadores, Marc Bloch e Lucien Febvre, encontram-se pela primeira vez na Universidade de Estrasburgo, instituição estabelecida em uma região fronteiriça que vivia um contexto muito específico: a desanexação da Alemanha e reintegração à França após a Primeira Guerra Mundial. Devido a estas peculiaridades políticas, a Universidade de Estrasburgo respirava um clima intelectual renovado e particularmente aberto a mudanças, fora o vivo diálogo interdisciplinar que se tornara possível nesta instituição em virtude da concentração de diversos historiadores, sociólogos, filósofos e geógrafos no mesmo ambiente acadêmico. Passaram pela Universidade de Estrasburgo, no mesmo período em que Bloch e Febvre lá estiveram, nomes como o do sociólogo Maurice Halbwachs (1877-1945), autor de um importante livro sobre a “memória coletiva” (1925) que praticamente funda um novo campo de saber (a Memória Social). Também iremos encontrar, na mesma Universidade de Estrasburgo, o filósofo e teólogo Henri Bremond (1865-1933), estudioso da história das religiosidades que seria um dos pioneiros nos estudos de psicologia histórica, além de outros como os historiadores Georges Lefebvre (1874-1959) e André Piganiol (1883-1968). Não nos deteremos tanto na narrativa relacionada a este efervescente ambiente que já faz parte da história da Escola dos Annales, ou da sua pré-história, se preferirmos, e passaremos a examinar mais diretamente a contribuição historiográfica dos fundadores do movimento.

Lucien Febvre (1878-1956) ocupa um lugar bastante singular na Escola dos Annales. Sempre fora um autor aberto a influências bem diversas, que então conseguia reverter de forma original à sua própria singularidade e estilo pessoal. Em seu acorde historiográfico é possível entreuvir algumas destas influências, apreender uma complexa e sofisticada rede inter-autoral que conecta Febvre tanto a autores com os quais conviveu pessoalmente, como a pensadores e pesquisadores de outras épocas que foram importantes na formação do seu pensamento e no seu modo de ver a História e as demais ciências humanas. A nota de

‘interdisciplinaridade’ que preside o seu acorde historiográfico, assim como o de Bloch, quase obriga à apreensão desta rede inter-autoral em maior detalhe, pois os diálogos interdisciplinares não chegaram desencarnados a Febvre ou a Bloch. As ressonâncias geográficas, antropológicas, sociológicas, psicológicas e lingüísticas têm cada qual um rosto na formação da identidade teórica de Bloch ou Febvre. A interdisciplinaridade com a geografia mostra o rosto de Vidal de La Blache (neste geógrafo se encontram tanto Febvre como Bloch). O diálogo com a Linguística estabelece-se, em Febvre, através da obra de Antoine Meillet (1866-1936). À Antropologia, Febvre chega através das obras de Lévy-Bruhl (1857-1939). Talvez o impiedoso estilo crítico e polemista nos revele o secreto harmônico que o liga ao filósofo Friedrich Nietzsche, nunca declarado mas mencionado aqui ou ali. Afora encontros interdisciplinares como estes, destacam-se também as influências que vêm dos próprios historiadores, de sua época (Henri Pirenne é a grande referência) e de outras épocas (Michelet e Burckhardt).

Quando recuamos ao nível mais profundo da arqueologia acórdica relativa aos fundadores dos *Annales*, podemos perceber que, através de caminhos completamente diversos, Febvre e Bloch vão se encontrar em dois autores fundamentais do século XIX: Marx e Michelet. Talvez por isso mesmo tenha sido possível o pleno diálogo entre estas duas personalidades tão distintas que foram a de Febvre e Bloch. De Marx, pioneiro de uma leitura da história que afrontava o ritmo nervoso e vazio de boa parte de historiografia política tradicional que predominava em sua época, Febvre e Bloch apreenderam a possibilidade de enxergar a história como um grande devir de estruturas de longo termo, a partir de uma perspectiva que logo seria refinada por Braudel no conceito de “longa duração”. De Michelet, ambos apreenderam a possibilidade de investir na multiplicação temática, na ultrapassagem do estreito universo de temas que era oferecido pela história política tradicional, no desprezo pela parcelarização positivista do saber que logo obrigaria ao contramovimento da interdisciplinaridade. Vejamos cada uma destas duas ressonâncias nos seus próprios termos.

O que seria a leitura da história como sucessão de ‘modos de produção’ senão a possibilidade de enxergar o movimento histórico como uma série de encadeamentos de estruturas, umas deslizando para outras, algumas bruscamente interrompendo a estrutura anterior? E o que seria a história da ‘luta de classes’, história na qual se faziam personagens não os indivíduos, mas grupos sociais e realidades coletivas, senão uma franca ruptura em relação à historiografia fundada na “história dos grandes homens”? Quando contrastamos, contra a historiografia tradicional do século XIX, a leitura materialista histórica de Marx e Engels, e simultaneamente nos lembramos das críticas que os fundadores dos *Annales* dirigiam contra a história factual – a história que encontrava um sentido histórico na sucessão de fatos, e não em unidades maiores de significado – subitamente os fundadores do

Materialismo Histórico parecem assemelhar-se mais com os fundadores dos Annales do que com a maioria dos historiadores de sua própria época. Tanto Marc Bloch como Lucien Febvre parecem ter reconhecido esta profundidade última de seus acordos. Bloch (2011). irá explicitar o reconhecimento de Marx como um dos precursores dos Annales em textos como *L'Étrange Défaite* (1946). Febvre registra o elogio a Marx em artigos como “Técnicas, ciências e marxismo” (FEBVRE, 1962), e frisa bem a distinção entre Marx e os autores marxistas que o seguiram, muitas vezes des-complexando ou deformando o pensamento original de Marx, radicalizando um determinismo que termina por se tornar unilinear e unilateral. Marx, ou o pensamento marxiano (mas não o marxismo) constituem uma ressonância assumida tanto por Bloch como por Febvre, e depois por Braudel.

Michelet é o outro grande nome através do qual Febvre e Bloch se encontram. A multiplicidade de temáticas que Jules Michelet propõe-se a investigar e a sua abertura para as diversas instâncias da vida social e do mundo histórico contrastam surpreendentemente com a orientação para a história política que vemos em boa parte dos historiadores de sua época. Mesmo com relação aos poucos autores do século XIX que escolheram a cultura, ainda minoritariamente (como Burckhardt), também temos um contraste, uma vez que Michelet não opõe ao “político” uma outra instância, mas sim a totalidade das instâncias da vida social (o próprio político também não foi negligenciado por Michelet, de modo que no caso dele não se tratava de algo como uma tomada de posição no embate entre historiadores culturais e historiadores políticos, como aquele que acontece na Alemanha das últimas décadas do século XIX). É esta atenção de Michelet ao tudo e ao todo, e também àquilo que não era percebido como tema importante pela historiografia tradicional (a mulher, a feiticeira), e mesmo a centralidade histórica que atribui ao “povo”, como que antecipando a ainda distante “história vista de baixo”, o que fez com que Michelet fosse lembrado e reconhecido pelas três gerações dos Annales como um precursor do seu movimento. Marc Bloch e Lucien Febvre, naturalmente, foram os primeiros a lhe prestar homenagem. Michelet os une (BLOCH, 2011).

Durante toda a sua vida, Febvre reconheceu sua dívida historiográfica para com Michelet, e com relação a Marx, explicitou o reconhecimento de sua importância algumas vezes. Se avançarmos um pouco na história da historiografia, para a geração anterior à de Febvre, encontraremos um outro autor no qual Marx e Michelet também estavam presentes. Trata-se do historiador socialista Jean Jaurès (1859-1914). Conforme salientou Peter Burke em seu breve estudo sobre os Annales (1991, p.25), Jaurès dizia-se, a um só tempo, “materialista como Marx e místico como Michelet” (JAURÈS, 1901, p.65). É quase uma sensação de recuperar um elo perdido em uma árvore genealógica, ou de descobrir a nota musical na qual se combinam duas outras, quando verificamos que Febvre foi leitor ávido

da *História Socialista da Revolução Francesa*, de Jaurès. Terão as primeiras impressões de Marx e Michelet chegado a Febvre através de uma leitura de Jaurès? Difícil saber. Mas, de um modo ou de outro, Marx e Michelet estão lá, em Jaurès. São duas notas que passam por Jaurès – por esta 3ª nota que será, ela mesma, elemento fundamental do acorde-Febvre.

O pioneirismo no desbravamento de novos eixos temáticos, herança de seu antecessor Jules Michelet – já de *per si* um desbravador nos limites de sua época – é de resto uma nota bastante importante no acorde historiográfico de Lucien Febvre, que chega a antecipar algumas modalidades históricas que só se configurariam como campos bem definidos algumas décadas depois. Massicotte, que estudou a obra de Febvre em profundidade no livro *L'Histoire-Problème: La méthode de Lucien Febvre* (1981), deixa entrever como os três grandes estudos biográficos do autor – o *Philippe II*, o *Lutero*, e o *Rabelais* – sinalizam para um certo caminho em direção à perspectiva das mentalidades, uma modalidade historiográfica da qual falaremos ao fim deste capítulo. Em *Philippe II* (1911), mas também em *Lutero*, parte-se da singularidade individual para compreender, ato contínuo, a coletividade, as grandes bases econômicas, sociais e mentais. Mas em *Rabelais* a perspectiva já se encontra invertida, uma vez que se busca dar a perceber como a consciência coletiva, através da utensilhagem mental de sua época, incide sobre a obra individual. (MASSICOTTE, 1981, p.82). O indivíduo, por mais singular e criativo que seja em comparação a outros homens de sua época, dissolve-se no coletivo, e há limites que a sua singularidade não pode transpor: não é possível ser descrente, no mesmo sentido que se dá a esta expressão nos dias de hoje, nos tempos de Rabelais.

O novo tratamento biográfico proposto por Febvre – não mais visando realizar a história de uma vida ilustre por si mesma, mas sim utilizando a história de vida como caminho para examinar um problema histórico bem definido – constitui interessante antecipação da tendência de tratamento biográfico que iria se afirmar muito depois, nos anos 1980. Até a época dos primeiros *Annales*, a biografia fora um gênero muito apreciado, sobretudo pelos historiadores do século XIX, notando-se que passaria a ser bem menos percorrido pelos novos historiadores das seis primeiras décadas do século XX, inclusive por influência de correntes comprometidas com a renovação historiográfica, como a dos *Annales*. Vimos atrás que a biografia tradicional coadunava bastante com a História Política tradicional (pois os biografados não raramente eram figuras políticas importantes, como reis ou generais), e que a história factual rondava em torno do mais habitual modelo de tratamento biográfico – uma história linear na qual todos os fatos eram escolhidos e reordenados para contar uma boa e coerente história, muitas vezes laudatória, na qual o que interessava era conhecer a vida do biografado por ela mesma. A decisão de percorrer esse território no qual tanto se compraziam os antigos histo-

riadores políticos e factuais – a Biografia – poderia parecer estranha em um historiador como Febvre. Todavia, a leitura de qualquer uma das três obras de Febvre que tomaram como eixo de investigação a vida de indivíduos – Lutero, Philippe II ou Rabelais – revela que estes empreendimentos eram orientados por uma concepção totalmente distinta. Inclusive, Febvre sempre insistiu em justificar, com plena razão, que estas obras não constituíam propriamente biografias, mas sim caminhos para elaborar um problema histórico. A relação entre o indivíduo e a sociedade, as pressões e contrapressões que uma instância exerce sobre a outra, o confronto entre as “iniciativas pessoais” e as “necessidades sociais” – eis aqui questões que atraíam a curiosidade historiográfica de Febvre, e que ele costumava expor nos prefácios dos livros que tomavam a vida humana como fio condutor para uma questão histórica. O prefácio de *Lutero* indica que o objetivo do livro é investigar a relação entre os indivíduos e os grupos sociais, entre as iniciativas individuais e as sociedades, perceber como a burguesia recebe e reelabora as idéias de Lutero, e como estas surgem em um ambiente social que as demanda.

Outro aspecto importante trazido pela historiografia de Febvre, já desde os primeiros tempos, é a valorização do quadro geográfico – um traço de escrita da história que, aperfeiçoado por Fernando Braudel na geração seguinte, seria transmitido nos anos 1960, quase como uma regra de exposição a ser seguida pelas monografias regionais ou nacionais, a toda uma geração de historiadores que se habituaria a iniciar seus estudos historiográficos com a descrição geográfica. Em Febvre, já desde a sua tese de doutorado sobre *Philippe II et Le Franche-Comté* (1911) isto já ocorre, notando-se ainda uma predileção que também seria a de Braudel: o probabilismo geográfico de Vidal de La Blache (1845-1918) em detrimento do determinismo geográfico de Ratzel (1844-1904). La Blache, desta maneira, constituirá uma nota de influência particularmente importante no acorde-Febvre.

Talvez a mais impactante contribuição de Lucien Febvre seja mesmo o ensaio *O Problema da Descrença no século XVI: a religião de Rabelais* (1942), e podemos considerá-lo como um verdadeiro modelo para a História-Problema a partir de cuja inspiração os primeiros annalistas buscaram se confrontar contra os modelos historiográficos factuais. Esta obra, além de abrir futuros caminhos para uma História das Mentalidades que não tardaria a despontar nos anos 60, será um ponto de apoio para que Febvre discuta uma questão historiográfica que o preocupava particularmente: o Anacronismo. O interesse de escrever este estudo sobre *Rabelais e a Descrença no século XVI* surge em Febvre a partir de uma crítica historiográfica bem definida. Abel Lefranc (1863-1952) havia sugerido em uma edição de *Pantagruel* – uma das mais famosas obras de François Rabelais (1494-1553) – que este intelectual renascentista era um ateu que buscava, através de suas mordazes sátiras e paródias, abalar o cristianismo. Febvre irá se propor a demonstrar, sistematicamente, que este era um erro de “anacronismo” – isto é, de

projeção injustificada de categorias do presente no passado – uma vez que o ateísmo na verdade não poderia ser postulado para os homens do século XVI, já que estes sequer possuíam a utensilhagem mental que os possibilitaria serem ateus.

Daí que o ponto de partida em Rabelais é a análise filológica – uma rigorosa análise não apenas da expressão “ateu”, que aparece em textos da época e que, de acordo com a demonstração de Febvre, não teria o mesmo significado de hoje – como também uma análise da ausência de inúmeras outras palavras ou conceitos que seriam fundamentais para que se possa falar no ateísmo como um modo de pensar, tal como ocorre hoje. Empreendida esta análise, Febvre tentou demonstrar que as piadas blasfemas, ou aparentemente blasfemas, que apareciam largamente nos textos de Rabelais, não eram de modo algum recursos em apoio de um racionalismo ateu, mas sim heranças de uma antiga tradição parodística medieval. A “impossibilidade do ateísmo no século XVI” era para Lucien Febvre o resultado de um “instrumental mental” específico (hoje se diria, de uma determinada mentalidade que fixava aos homens os limites do que eles poderiam pensar). Desta maneira, o seu empenho foi examinar em detalhe o que faltaria à utensilhagem mental da época para que pudesse surgir efetivamente um ateísmo filosófico e racionalista, sendo o seu ponto de partida identificar todo um vocabulário ausente que conformaria um claro índice de que o problema do ateísmo não estava de modo algum colocado para os intelectuais renascentistas. Mais do que isto, certos limites foram percebidos por Febvre nos homens renascentistas, como a sua imprecisão no trato com o tempo.

Hoje, passados mais de setenta anos da publicação do *Rabelais* de Febvre (1942), a obra é mais valorizada pelas perguntas que colocou, pelas demandas interdisciplinares que apontou, e pelos desafios que enfrentou no contexto de renovação historiográfica de sua própria época. Uma crítica eficiente do livro de Febvre, acompanhada de uma rigorosa investigação histórica sobre o mesmo tema, pode ser encontrada na obra de Jean Wirth intitulada *Libertinos e Epicuristas: aspectos da irreligiosidade no século XVI* (1977, p.601-627). Wirth chega à conclusão que havia de fato intelectuais irreligiosos no século XVI, qualificáveis como ateus, e também aponta um certo exagero de Febvre no reducionismo de Rabelais aos limites de sua época, desconsiderando seus potenciais de criatividade e de ultrapassagem de forças de inércia. Posto isto, as novas perguntas propostas por Febvre, e as novas demandas interdisciplinares por ele reivindicadas, enriqueceram consideravelmente os caminhos historiográficos de sua geração e das que lhe seguiram.

A contribuição de Marc Bloch é talvez ainda mais decisiva para as subseqüentes gerações dos *Annales*. Além de traços em comum com os de Febvre, dos quais se destaca o interesse interdisciplinar, e da já mencionada singularidade que expõe a

influência conjunta de Marx e Michelet, ou mesmo de outras influências compartilhadas como a de Meillet e Lévy-Bruhl, uma nota de influência importante no acorde historiográfico de Marc Bloch é a que o sintoniza com a sociologia de Durkheim, um sociólogo positivista que, com vistas aos próprios interesses de seu campo disciplinar, já vinha produzindo uma leitura da historiografia tradicional de sua época como um campo de saber limitado, superficial e estreito, e aprisionado pelo padrão da história factual (a diferença em relação a Bloch é que Durkheim sustentava que o destino da historiografia deveria ser este mesmo, pois a problematização deveria ficar a cargo dos sociólogos, para os quais a História poderia funcionar como uma espécie de ciência auxiliar, mera coletora de dados para serem trabalhados depois pela sociologia histórica). Alguns conceitos desenvolvidos por Durkheim, de fato, tem um papel bastante importante em algumas obras de Bloch, como os de “representação coletiva” e “coesão social”. Outra nota de influência importante é a leitura específica da “memória coletiva” empreendida por Maurice Halbwachs (1925), consolidada no livro de mesmo nome, que logo produziria ressonâncias importantes no pensamento de Marc Bloch e em pelo menos uma obra mais específica: a *Sociedade Feudal* (1939). Lembraremos ainda as ressonâncias de Henri Bergson nas considerações de Marc Bloch sobre o tempo, reconhecidas pelo próprio historiador na *Apologia da História* (BLOCH, 2001, p.153). Historiograficamente, não há dúvidas de que a influência mais altissonante no acorde-Bloch é a de Pirenne, historiador belga a quem Bloch rende homenagens e que menciona algumas vezes em *Apologia da História* (2001, p.65).

O primeiro estudo histórico de Bloch publicado foi de caráter regional – um estudo sobre a *Ile-de-France* (1913), no qual já questionava o conceito fechado de região em áreas administrativas pré-estabelecidas, argumentando que o que deveria definir o recorte da região em estudo era o problema examinado. Mas a grande obra viria com *Os Reis Taumaturgos* (1924), um ensaio que abre muitos caminhos para as gerações posteriores. De um lado, foi uma experiência efetiva no campo da História Comparada, uma vez que Marc Bloch se propôs a examinar duas dinastias europeias – a Capetíngia e a Plantageneta – de modo a perceber como na França e na Inglaterra desenvolvera-se uma singular crença no poder taumatúrgico dos reis, particularmente no que se refere à cura das escrófulas. Esse aspecto da obra – o comparativismo histórico – trouxe a Bloch a possibilidade de tematizar mais tarde, em um artigo de 1928 para a *Revue de Synthèse Historique*, e outro datado de 1930, sobre um novo campo historiográfico que posteriormente se desenvolveria: a História Comparada.

Por outro lado, *Os Reis Taumaturgos* (1924) constituiu uma experiência pioneira que, de alguma maneira, pode ser relacionada a um novo campo que apenas se desenvolveria a partir dos anos 1960: a História das Mentalidades (tanto Bloch

como Febvre trataram seus investimentos neste campo como experiências na área de psicologia coletiva, ou como temas relacionados aos “modos de sentir e de pensar” – uma designação que aparece mais claramente na *Sociedade Feudal* (1939), de Marc Bloch. Vale lembrar ainda que Bloch também concebia seus *Reis Taumaturgos* (1924) como uma contribuição para a História Política, mas de todo modo uma “nova” História Política, atenta não à descrição de eventos, mas sim aos modos como se estabelecia o poder a partir de práticas e representações coletivas. O problema examinado, por fim, era tratado em uma amplitude e de acordo com um enfoque que já começava a desenvolver a perspectiva da longa duração.

É um recorte extenso (séculos XIII-XVII), associado à perspectiva de análise de permanências relacionadas à “longa duração”, o que teremos em *Les Caractères Origineaux de l'histoire rurale française* (1931), obra na qual também reaparece o recurso comparativo, esta nota recorrente no acorde historiográfico de Bloch. O elemento mais notável da obra é o desenvolvimento daquilo a que, no livro póstumo *Apologia da História* (1949), Marc Bloch chamaria de “método regressivo” – um método que se empenhava em ler a história ao inverso, indo das temporalidades mais próximas à época do historiador, e portanto mais conhecidas, até os tempos mais afastados, e por isto mesmo mais obscurecidos. A obra prima de Bloch, contudo, viria com *A Sociedade Feudal* (1939), um livro que já realiza o projeto dos *Annales* de construir uma História Total. Nada escapa, aqui, às análises de Marc Bloch: do sistema de laços de dependência que consubstancia a “coesão social” na Idade Média aos “modos de pensar e de sentir”, dos aspectos econômicos às relações políticas, da demografia às relações de parentesco, do comércio à concepção sagrada da realeza.

A obra que nos interessará mais é aquela que revela as concepções teórico-metodológicas de Bloch, suas relações historiográficas, seu diálogo com outros campos de saber, suas opiniões sobre o ofício do historiador. Elaborada entre 1941 e 1942 – nas difíceis condições da clandestinidade impostas por sua luta contra a ocupação nazista – a *Apologia da História* de Bloch seria sempre citada pelos futuros historiadores ligados aos *Annales*, e por outros de correntes igualmente renovadoras, como um dos grandes clássicos da Historiografia. A principal luta desta obra é contra a historiografia estreita e superficial de diversos setores da historiografia de sua época, contra os quais Bloch opunha uma historiografia simultaneamente mais ampla e profunda. “Ampla” por preconizar tal diversidade de temas e de dimensões de estudo que fazia a História Política tradicional parecer extremamente estreita, na sua limitação a apenas uma pequena fatia do político (o poder relacionado às instituições e ao estado, os confrontos bélicos e alianças, e a vida dos grandes políticos). “Profunda” por combater a superficialidade da história factual, opondo-lhe a densidade e a profundidade que só pode ser

alcançadas a partir da formulação de problemas históricos e da percepção de que os acontecimentos nada mais são do que a parte mais visível e fulgurante de processos e estruturas históricas muito mais profundas.

Trata-se também de um programa (Bloch reconhece que, em seu livro, há uma “parte de programa” (BLOCH, 2001, p.49) no qual, à amplitude e profundidade desta nova história, acrescenta-se a possibilidade do “olhar longo”, capaz de alcançar grandes extensões de tempo (mas também de espaço), para perceber igualmente aquilo que muda mais lentamente, ou que se oculta sob a mais facilmente apreensível curta duração dos acontecimentos políticos. Por fim, uma história aberta, em construção, que não pretende encontrar a verdade definitiva, mas sim constituir uma verdade histórica relativa aos pontos de vista que a revelam. A História, para Bloch, aquela que ele pretende opor ao seu “outro” historiográfico, é uma História ampla, profunda, longa, aberta, e ... comparada, esta pedra de toque que fez deste historiador francês um dos precursores deste futuro campo histórico. Por fim, a História, o seu modelo de História, estabelece-se no encontro entre o individual e o coletivo, ou entre o historiador individual e a comunidade dos historiadores³.

Eis a pergunta fundadora: “O que é a História?”. Ou, ainda mais especificamente, “Para que serve a História?”. Escrita entre 1941 e 1942, após a entrada dos alemães em Paris no mês de junho de 1940, e sob o impacto da conseqüente ocupação nazista do território francês, a *Apologia* não deixa de trazer dentro de si os ecos da decepção e perplexidade vivida pelos franceses invadidos. Em uma das primeiras páginas de seu livro, Marc Bloch resume este contexto trágico, que foi o tema de outro de seus livros – *A Estranha Derrota* (1940) – produzido no momento anterior ao de *Apologia da História*. Ele lembra na *Apologia* que, acerca da história, muitos então se perguntavam, tentando compreender aquela estranha derrota: “terá a história nos enganado”? (BLOCH, 2001, p.43).

Entre as questões suscitadas por *Apologia da História*, algumas seriam somente retomadas muitas décadas depois. Uma delas refere-se à dimensão estética da História. Bloch escreve sua apologia após um século e meio de desenvolvimento dos dois primeiros paradigmas científicos da História – o Positivismo e o Historicismo – e um século depois das primeiras formulações do Materialismo Histórico. A maior parte dos historiadores habituara-se a ver a História como ciência. Isso podia variar um pouco. Febvre acreditava que a História era um tipo de conheci-

³ Para uma síntese da proposta de Bloch – “história ampla, profunda, longa, aberta, comparativa”, e, por fim “coletiva”, porque feita a muitas mãos – ver o prefácio de Le Goff para a edição de 1993 (BLOCH, 2001, p.26).

mento cientificamente produzido, e Marc Bloch a definira como “ciência dos homens no tempo”. Os positivistas e historicistas poderiam discordar sobre que tipo de ciência era a História – se uma ciência aparentada às ciências naturais, ou se totalmente distinta, conformando uma espécie própria de ciência – mas poucos questionariam, naquela época, que a História tinha uma dimensão científica. Marc Bloch também não o fez. Reconhecer a cientificidade da História, contudo, não o impediu de indagar se a História não teria também a sua parcela de arte e poesia:

Resguardemo-nos de retirar de nossa ciência sua parte de poesia, Resguardemo-nos, sobretudo, já surpreendi essa sensação em alguns, de enrubescer por isso. Seria espantosa tolice acreditar que, por exercer sobre a sensibilidade um apelo tão poderoso, ela [História] deveria ser menos capaz de satisfazer também nossa inteligência (BLOCH, 2001, p.44).

A História permite a conjunção entre Ciência e Arte – é o que se depreende das considerações de Marc Bloch, para quem “a história tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina” (2001, p.44). Naturalmente que, ainda que a estética e discursividade da História nem sempre se apresentem como questões confortavelmente explicitadas em várias das correntes historiográficas, grandes historiadores de diversos credos e filiações paradigmáticas não deixaram de ser exímios artistas do discurso histórico. Ranke, que insistia na ideia de que o historiador deveria se esmerar em apresentar os fatos sem “ornamentos”, era, destarte, um hábil artesão da palavra. Sua prática historiográfica desmente, de algum modo, a austeridade de seu discurso sobre o seu próprio ofício. Marc Bloch, todavia, não fugiu ao reconhecimento da poesia que se abriga na História. Admitir uma dimensão estética na História não o enrubescia.

Posto isto, a História para Marc Bloch será mesmo uma ciência – uma “ciência em construção”, tal como já discutimos anteriormente (ver o capítulo sobre o “Programa dos Annales”). Em *Apologia da História*, Marc Bloch se esmera em definir o que seria essa ciência, qual seria a sua singularidade. Chega à definição, que até hoje é a mais aceita, de que “a história é a ciência dos homens no tempo”. Dos “homens”, e não do “Homem”, para evitar a ideia abstrata de homem, já que o que a História busca é a vida, em sua agitação, em sua especificidade, em seu entrelaçado de cultura, política, economia e mentalidade, mas sempre concretizada em homens reais que viveram a história. Há outra frase da *Apologia da História*, que se tornou célebre, na qual Marc Bloch diz: “O historiador é como o ogro da lenda; onde fareja carne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001, p.54). De igual maneira, “uma ciência do tempo” (“dos homens no *tempo*”), e não uma “ciência do passado humano”.

Uma das mais célebres discussões de *Apologia da História* é aquela que se desenvolve em torno do tema da ‘obsessão pelas origens na historiografia’. Marc

Bloch discute este tema sob o rótulo de “ídolo faz origens”. Fascinado por “compreender o mais próximo pelo mais distante”, mas às vezes presa fácil dos aspectos mais simplórios deste fascínio, o historiador facilmente pode ser conduzido pela ideia de que a origem tudo explica. A própria palavra “origem” parece remeter à ideia de um “começo” que se explica; ou, com sentido ainda mais perigoso, “um começo que tudo explica”. O ídolo das origens é o canto de sireia para os historiadores que se deixam naufragar na sua viagem de busca pelo acontecimento primordial. Mas, “de onde fazer partir o Cristianismo? Da atmosfera sentimental em que se elaboraram, no mundo mediterrânico ou iraniano, as religiões da salvação? De Jesus? De Paulo? Ou das gerações que vieram se fixar nas linhas essenciais do dogma?” (BLOCH, 2001, p.56). Perigo maior, contudo, a sireia das sireias, é quando essa busca é contaminada pelo traiçoeiro canto das “causas e efeitos”. O extremo perigo, abismo que tem tragado frotas de historiadores, é o tratamento linear e teleológico da dinâmica de causa-efeito, que produz a ilusão de que a história é uma só via, e de mão única. Esta escolha de um ponto no passado para servir de origem a uma linha reta que vai dar em outro ponto mais à frente (o acontecimento que se quer explicar, ou mesmo o nosso próprio presente), conformando uma explicação que exclui as outras possíveis, e configurando uma história que elimina todas as outras que poderiam ter sido traçadas a partir de outros começos e elaboradas conforme itinerários distintos, constitui a prática que depois seria denominada “retrodição”..

Para além dos elementos teóricos, que nos interessaram até aqui, é preciso dizer que *Apologia da História* discute com especial interesse questões metodológicas, como a ‘mediação’ do conhecimento historiográfico ou a natureza das fontes históricas, tratadas por Marc Bloch sob o signo de “vestígios”, o que já o aproxima de uma abordagem mais moderna do documento histórico (BLOCH, 2001, p.73). Aspectos discutidos na *Apologia*, como a necessidade de buscar também os ‘testemunhos involuntários’, para além da documentação ou dos aspectos de um discurso que revelam a intencionalidade (p.72), ou ainda como a menção da possibilidade de consulta aos “relatos de testemunhas” (p.74), renunciando vagamente o que muito mais tarde constituiria a modalidade da História Oral, fazem deste livro um dos registros mais expressivos sobre a abertura metodológica proposta pelos Annales. A preocupação de Marc Bloch com a temática da Memória, aliás, empresta ao seu livro mais um dos seus tons de pioneirismo, o que não o impede de recomendar a necessária cautela que devem ter os historiadores que lidarão com as reconstituições que se valem da memória (tanto as que encontraram seu registro a partir de depoimentos colhidos através do historiador, como aquelas que, registradas no interior de documentos, chegam aos historiadores já recolhidas por outros ou prestadas espontaneamente). Posto isto, a grande questão que nos coloca Marc Bloch é a da percepção do “voluntário” e do “não-voluntário” no universo das fontes históricas (a riqueza de suas considerações residem, aliás, em dar a

perceber que existe uma margem de “não-voluntário” mesmo na documentação emitida voluntariamente com vistas a comover ou informar um leitor previamente identificado pelo emitente do discurso). Vejamos, inicialmente, o que nos diz Bloch da primeira divisão que pode dividir o universo de fontes históricas em dois hemisférios: os “testemunhos involuntários” e os “testemunhos involuntários”:

Quando, com efeito, lemos, para nos informar, Heródoto ou Froissart, as memórias do marechal Joffre ou as notícias, aliás completamente contraditórias, dadas pelos jornais alemães e britânicos, sobre o ataque a um comboio no Mediterrâneo, o que fazemos senão nos conformar exatamente ao que os autores destes escritos esperavam de nós? Ao contrário, as fórmulas dos pais dos mortos eram destinadas a serem recitadas apenas pela alma em perigo e ouvidas tão somente pelos deuses; o homem das palafitas que, no lago vizinho onde o arqueólogo os remexe atualmente, jogava fora os dejetos de sua cozinha, queria apenas poupar sujeira à sua cabana; a bula de isenção pontifical só era tão precavidamente preservada nos cofres do mosteiro a fim de ser, chegado o momento, brandida aos olhos de um bispo importuno (BLOCH, 2001, p.24-25).

Os testemunhos não-voluntários também são descritos por Marc Bloch nos termos de “testemunhos à revelia” (2001, p.77). A maestria do historiador francês, contudo, está em dar a perceber que há uma dimensão de testemunho não-voluntário que pode ser igualmente apreendida nos documentos que foram motivados por certa intencionalidade. Sito de outra forma, o documento que pertence à categoria dos gêneros de testemunhos voluntários, também traz a sua margem do involuntário, da informação que escapa sem que o seu enunciador se dê conta, ou mesmo sem que o próprio enunciador do discurso tenha qualquer consciência maior de que ela está ali. Uma hagiografia, por mais que tenha sido construída em torno da fantasia dos milagres e do cuidadoso ato de esculpir uma personalidade destinada a servir de *exempla*, ao mesmo tempo em que formatada para atender aos interesses de uma das muitas ordens da Igreja medieval, possui um registro involuntário que escapa das entrelinhas do que o hagiógrafo se propôs a dizer. Há uma cultura material que a informa, modos de pensar e de sentir que a atravessam, informações que o autor do texto não pensava trazer, ou nem sabia que estava trazendo, e que constituem esta sombra de involuntário que sempre termina por impregnar qualquer testemunho voluntário:

Até nos testemunhos mais resolutamente voluntários, o que os textos dizem expressamente deixou hoje em dia de ser o objeto predileto de nossa atenção. Apegamo-nos geralmente com muito mais ardor ao que ele nos deixa entender, sem haver pretendido dizê-lo. Em Saint-Simon, o que descobrimos de mais instrutivo? Suas informações, frequentemente inventadas, sobre os acontecimentos do reino? Ou a espantosa luz que as Memórias nos lançam sobre a mentalidade de um grande senhor, na corte do Rei-Sol? Entre as vidas dos

santos da Alta Idade Média, pelo menos três quartos são incapazes de nos ensinar qualquer coisa de concreto sobre os piedosos personagens cujo destino pretendem nos retratar. Interroguem-nos, ao contrário, sobre as maneiras de viver ou de pensar particulares às épocas em que foram escritas, todas as coisas que o hagiógrafo não tinha o menor desejo de nos expor (BLOCH, 2001, p.78).

Para extrair de um texto os materiais que serão úteis à historiografia, portanto, é preciso atentar para dois aspectos. Quando tratamos da dimensão voluntária do texto, é preciso transformar o testemunho em discurso, compreendê-lo como discurso, como texto que contém distorções, manipulações, enganos e auto-enganos, cargas ideológicas a serem apreendidas. Para apreender a dimensão involuntária, inclusive nos documentos que poderiam ser categorizados como “testemunhos voluntários”, é preciso uma atenção especial. Sobretudo, compreender que “os documentos não falam, senão quando sabemos interrogá-los” (BLOCH, 2001, p.79). Retornamos, aqui, à questão fundadora da História-Problema.

Concluiremos frisando mais uma vez o ambiente teórico que se estabelece a partir da produção historiográfica de Marc Bloch. No que concerne às conexões paradigmáticas deste historiador francês, através da *Apologia da História* e de suas outras obras podemos perceber interações bastante ambíguas com relação aos paradigmas Positivista e Historicista, para não mencionar o Materialismo Histórico. Já mostramos anteriormente que, do Positivismo, Marc Bloch havia se apropriado bem claramente de alguns conceitos durkheimianos – como os de “representações coletivas” e de “coesão social” (*Sociedade Feudal*, 1939). Ao mesmo tempo, tal como também já foi discutido, o historiador francês dirige uma respeitosa crítica à escola durkheimiana em diversas passagens da *Apologia da História* (2001, p.47, p.51) – e isto ao lado de sua incontornável luta nos quadros de uma disputa territorial que visava combater o projeto durkheimiano de secundarização da História. Por outro lado, com relação à antiga sugestão de ‘imutabilidade da natureza humana’, presente em certo número de filósofos iluministas e, depois, em outro tanto de sociólogos positivistas, a posição de Marc Bloch mostra-se oscilante e ambígua, situando-se entre a ideia da existência de um “fundo permanente” da experiência humana e, no pólo oposto, a tendência Historicista a colocar em relevo a radical mutabilidade do homem nas diversas sociedades. Em um aspecto, por outro lado, a herança historicista é bastante clara: a ideia de que o historiador deve se aproximar da alteridade histórica através do gesto de “compreender” (BLOCH, 2001, p.128). Marc Bloch, enfim, soube lidar com as dissonâncias de seu tempo em seu acorde historiográfico. Não foi um pensador vinculado diretamente a nenhum paradigma teórico, mas sim um historiador associado a uma escola que não propõe, em seu programa, nenhuma associação teórica mais específica, deixando as escolhas teóricas a cargo dos seus membros.

Marc Bloch exerceu essa liberdade de maneira criativa, produzindo a sua própria coerência teórica.

Referências

BLOCH, M. *Les Caracteres Originaux Le l'Histoire Rurale Française*. Paris: A. Colin, 1952.

BLOCH, M. *Os Reis Taumaturgos – o caráter sobrenatural do Poder Régio. França e Inglaterra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993 [original: 1924].

BLOCH, M. *A Sociedade Feudal*: Lisboa; Edições 70, 1990 [original: 1939].

BLOCH, M. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [original: 1941-42].

BLOCH, M. *A Estranha Derrota*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011 [original: 1946].

BURKE, P. *A Escola dos Annales*. São Paulo: UNESP, 1991 [original: 1990].

DOSSE, F. *A História em Migalhas*. São Paulo: Editora Unicamp, 1994 [original: 1987].

DUMOULIN, O. *Marc Bloch*. Paris: Presses des Sciences, 2000.

FEBVRE, L. *Combats pour l'histoire*. Paris: A. Colin, 1953.

FEBVRE, L. *Le problème de l'incroyance au XVI siècle – La Religion de Rabelais*. Paris: A. Michel, 1968 [original: 1942].

FEBVRE, L. “Face ao Vento: manifesto dos novos Annales” In: NOVAIS, F. e SILVA, R. (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011, p.75-85 [original: 1946].

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990 [original: 1925].

LE GOFF, J. “Prefácio” In: BLOCH, M. *Apologia da História*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011-a, p.15-34 [original: 1941-42].

LE GOFF, J. “A História Nova” in: NOVAIS, F. e SILVA, R. F. da (orgs.). *Nova História em Perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011b [original: 1978].

REVISTA CAMINHOS DA HISTÓRIA
v. 17, n.1, n.2/2012

MASSICOTTE, G. *L'Histoire-Problème: La méthode de Lucien Febvre*. Paris: Maloine, 1981.

WIRTH, J. (1977). "Libertins et Epicuriens: aspects de l'irréligion au XVI siècle »
In: *Bibliothèque d'Humanisme et Renaissance*, vol.39, n° 3. Paris, p.601-627.